Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2018-03-08	
O Secretário da Mesa	
Idália Salvador Serrão (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Idália Salvador Serrão (Assinatura Qualificada) Date: 2018.03.08 10:08:46 +00:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 1444 / XIII (3 .ª)

Assunto: Cultivo de olival intensivo sobre envolvente da romana de Pisões, importante sítio arqueológico do concelho de Beja

Destinatário: Min. da Cultura

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Mais uma vez o património arqueológico está em perigo na região do Alentejo graças á plantação intensiva de monoculturas em explorações que ocupam milhares de hectares. Desta vez, a imprensa local noticiou que poderá estar em risco a envolvente de um importantíssimo sítio arqueológico – a *villa* romana de Pisões.

A cerca de 10 Km a Sudoeste da cidade de Beja, na Herdade da Almagrassa*, a villa* de Pisões, considerada "uma das mais originais ´villae` romanas da Península Ibérica" constitui um importante sítio arqueológico, tendo sido classificada como Imóvel de Interesse Público em 1970. A *villa,* hoje parcialmente escavada,foi ocupada no período romano entre os séculos I a.C. e iV d.C. e descoberta em 1967 durante trabalhos agrícolas, iniciando-se de imediato a sua investigação arqueológica. Em 2016 a *villa* é entregue à Universidade de Évora que em 2017 assinou um acordo para a concretização do Plano de Ação para a *Villa* Romana de Pisões com a Direção Regional de Cultura do Alentejo e a Câmara de Beja. Em setembro de 2017 é recuperado o Centro de Acolhimento e Interpretação da *villa, pars urbada,* e esta reabre reabriu ao público depois da Universidade de Évora ter elaborado e sinalizado um percurso de visita.

A parte envolvente de que nos fala a imprensa é a zona em frente à *pars urbana* da*villa – a* parte que está aberta ao público– onde, segundo especialistas, se localizava a parte mais rural da *villa* e onde se encontrava um aqueduto romano conservado dentro de uma charca. Hoje presume-se que a charca tenha sido aterrada, uma vez que sobre o local encontra-se agora a plantação de um olival, o que não permite que se saiba se o aqueduto foi preservado, ou não. Sabe-se apenas que, apesar dos terrenos em questão se encontrarem dentro da área geral de proteção da *Villa* de Pisões, a plantação era desconhecida da Direção Regional de Cultura do Alentejo.

Depois de, em agosto de 2017, a Direcção Regional de Cultura do Alentejo ter apresentado uma queixa-crime no Ministério Público de Beja contra a empresa De Prado Portugal SA pela destruição de dezenas de sítios arqueológicos, é importante que o Governo dê uma resposta veemente que termine com a impunidade de quem anda a destruir os vestígios arqueológicos

sem o mínimo respeito pela história e pelos locais.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através doMinistério da Cultura, as seguintes questões:

1. Confirma o Governo a existência de uma plantação de olival sobre a área envolvente da *villa* romana de pisões, nomeadamente no local onde se sabe que existe um aqueduto?
2. Dispõem a Direcção Geral do Património Cultural ea Direcção Regional de Cultura do Alentejo de meios humanos e financeiros suficientes para garantir uma escrupulosa ação de proteção que salvaguarde os sítios arqueológicos da região?

Palácio de São Bento, 7 de março de 2018

Deputado(a)s

JORGE CAMPOS(BE)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.